



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DO AUTÓDROMO DE GUAPORÉ E CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS – ESTRUTURA EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO COM ÁREA DE 7.454,32M², COM RECURSO DO CONVÊNIO FPE Nº4984/2025 E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL, DE ACORDO COM PROJETO, ORÇAMENTO DE CUSTO, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

Processo nº: 959/2026

Modo de Disputa: Aberto

Tipo de Julgamento: Menor Preço Global

Orçamento Sigiloso: Não

Data e Hora: 19 de outubro de 2026 às 09 horas.

Limite para propostas: 19 de outubro de 2026 às 08 horas e 59 minutos.

Site: www.portaldecompraspublicas.com.br

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAPORÉ, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 7446/2023, de 28 de novembro de 2023 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO E VALOR MÁXIMO ESTIPULADO:

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DO AUTÓDROMO DE GUAPORÉ E CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS – ESTRUTURA EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO COM ÁREA DE 7.454,32M², COM RECURSO DO CONVÊNIO FPE Nº4984/2025 E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL, DE ACORDO COM PROJETO, ORÇAMENTO DE CUSTO, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** e conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência, e demais projetos e documentos técnicos que integram a presente contratação.

1.2. O presente edital seguirá o rito procedimental comum, previsto no artigo 17 da lei 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

1.3. A licitação será realizada pelo critério de julgamento de Menor Preço Global (mão de obra e material).

1.4. O valor máximo GLOBAL estipulado para a presente licitação é de **R\$ 13.001.672,91 (treze milhões, um mil, seiscentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos)** conforme valor constante na planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME:

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: licitacoes@guapore.rs.gov.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da concorrência na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

2.4. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem as exigências do presente edital e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.5. Como requisito para participação na concorrência, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no edital.

2.6. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da CF e na Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.9. Não poderão participar da presente licitação:

2.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

2.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.

2.9.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

2.9.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, estendendo-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. O autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.2 e 2.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

3. REGISTRO ELETRÔNICO DAS PROPOSTAS:

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Valor unitário e total para cada item e lote de itens, em moeda corrente nacional, **com 2 (duas) casas decimais após a vírgula;**
- II. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.5. O Prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão desta Concorrência Eletrônica, devendo ser declarado no sistema.

3.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on-line**, fornecidas pelo Sistema:

- I. Declaração, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- II. Declaração para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;
- III. Declaração de concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação definidos no edital;
- IV. Sob pena de desclassificação, declaração que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- V. Declaração de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
- VI. Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- VII. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.8. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

4. PROPOSTA:

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão eletrônica da concorrência, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

4.3. Será exigida, como condição de participação para apresentação das propostas de preços atualizada, a prestação de garantia da proposta, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, equivalente a R\$ 130.016,72 (cento e trinta mil e dezesseis reais e setenta e dois centavos), nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.1. A comprovação da garantia deverá ser apresentada juntamente com a proposta, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da referida Lei.

4.3.2. A garantia de proposta será liberada ou devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da formalização do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4.3.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

4.4. Após o fim da disputa de lances, a licitante vencedora será convocada para apresentar Proposta, Planilha Orçamentária, Cronograma-Físico Financeiro e Tabela de Composição do BDI e Encargos Sociais devidamente readequadas ao valor de seu melhor lance.

4.4.1. A proposta readequada e as planilhas deverão ser anexadas ao sistema no prazo de 01 (um) dia útil, juntamente com os documentos de habilitação, conforme item 5.1 deste Edital.

4.5. A licitante vencedora, dentro do mesmo prazo previsto no item anterior, deverá preencher a proposta readequada no sistema do Portal de Compras Públicas, informando o valor unitário de cada item que compõem a licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Para fins de habilitação nesta concorrência, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos, em até 01 (um) dia útil, a contar da solicitação do agente de contratação:

- I. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão semelhante, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.
- II. Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ou CPF (cadastro de Pessoas Físicas);
- III. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- IV. Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal, referente a Tributos Federais e quanto à Dívida Ativa da União;
- V. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;
- VI. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;
- VII. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- VIII. Certidão negativa em Matéria falimentar, concordatária e recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- IX. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, na aplicação da Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011;
- X. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- XI. Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento semelhante ou Declaração firmada por representante legal da empresa, para as empresas que usufruíram dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- XII. **Certificado de Inscrição e Regularidade da PESSOA JURÍDICA** junto à entidade profissional competente; Obs.: Caso a licitante vencedora apresente registro junto ao CREA de unidade da federação diversa do Estado do Rio Grande do Sul, deverá providenciar o respectivo visto junto ao CREA/RS, nos termos do art. 14 da Resolução nº 1.121/2019 do CONFEA, como condicionante para emissão da Ordem de Início dos serviços.
- XIII. **Certificado de Inscrição e Regularidade do PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE**, junto à entidade profissional competente, em nome da Pessoa Jurídica licitante; Obs.: Caso o registro profissional não seja da circunscrição do Estado do Rio Grande do Sul, deverá ser providenciado o respectivo visto junto ao CREA/RS, conforme art. 3º da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA., como condicionante para emissão da Ordem de Início dos serviços.
- XIV. **ATESTADO (s) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, do Responsável Técnico da licitante, devidamente registrado no respectivo Conselho, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, nos termos do artigo 67, inciso II e §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito aos contratos executados com as características mínimas conforme especificações do Termo de Referência.

Item	Serviço de maior relevância técnica	Unidade	Quantidade	
			A executar	A comprovar
1	EXECUÇÃO E MONTAGEM DE VIGAS E PILARES DE CONCRETO PRÉ-FABRICADO.	M³	653,56*	325
2	EXECUÇÃO E MONTAGEM DE LAJE ALVEOLAR PROTENDIDA PRÉ-FABRICADA	M³	633,17	315

* Volume calculado referente ao somatório dos itens: 3.12, 3.13, 3.14 da Planilha Orçamentária base.

a) Os serviços exigidos poderão ser comprovados mediante uma ou mais Certidões de Acervo Técnico – CAT com registro de atestado, não sendo necessária sua comprovação em um único contrato.

b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

c) Os quantitativos mínimos correspondem a aproximadamente 50% do volume previsto para a execução, percentual considerado suficiente para demonstrar experiência anterior compatível sem restringir indevidamente a competitividade.

d) Os serviços indicados constituem parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto (superior a 4% do valor global em consonância ao § 1, Art. 67 da Lei nº 14.133/2021), sendo sua exigência justificada pela complexidade executiva, pela necessidade de controle tecnológico específico e pela influência direta na segurança estrutural da edificação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

XV. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, restrita às parcelas de maior relevância especificadas no Termo de Referência. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito aos contratos executados com as características mínimas conforme especificações do Termo de Referência.

Item	Serviço de maior relevância técnica	Unidade	Quantidade	
			A executar	A comprovar
1	EXECUÇÃO E MONTAGEM DE VIGAS E PILARES DE CONCRETO PRÉ-FABRICADO.	M³	653,56*	325
2	EXECUÇÃO E MONTAGEM DE LAJE ALVEOLAR PROTENDIDA PRÉ-FABRICADA	M³	633,17	315

* Volume calculado referente ao somatório dos itens: 3.12, 3.13, 3.14 da Planilha Orçamentária base.

a) Os serviços exigidos poderão ser comprovados mediante um ou mais atestados, não sendo necessária sua comprovação em um único contrato. Para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, será admitido o somatório de atestados referentes a contratos executados de forma concomitante, desde que tal conjunto demonstre a capacidade técnico-operacional e gerencial da licitante para administrar, de forma simultânea, volumes de serviços compatíveis com o porte, a complexidade e as características do objeto desta contratação.

b) A admissão do somatório de atestados executados de forma concomitante justifica-se pela necessidade de demonstrar a efetiva capacidade gerencial da licitante para administrar, simultaneamente, volumes de serviços compatíveis com os previstos nesta contratação. A execução concomitante de contratos evidencia a aptidão da empresa para mobilizar, coordenar e controlar equipes, equipamentos, insumos, fornecedores, cronogramas e recursos financeiros de forma integrada, mantendo o desempenho



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

operacional e o cumprimento de prazos em múltiplas frentes de trabalho. Tal condição revela maior aderência à realidade deste empreendimento, cujo porte exige elevada capacidade de planejamento, organização e gestão dos recursos necessários à execução, constituindo elemento relevante para assegurar a adequada condução do contrato e a mitigação dos riscos inerentes à sua execução.

c) Os quantitativos mínimos correspondem a aproximadamente 50% do volume previsto para a execução, percentual considerado suficiente para demonstrar experiência anterior compatível sem restringir indevidamente a competitividade.

d) Os serviços indicados constituem parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto (superior a 4% do valor global em consonância ao § 1º, Art. 67 da Lei nº 14.133/2021), sendo sua exigência justificada pela complexidade executiva, pela necessidade de controle tecnológico específico e pela influência direta na segurança estrutural da edificação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

XVI. Declaração de que a empresa licitante dispõe de maquinário, equipamentos e equipe técnica qualificada suficientes para a execução do objeto, com indicação expressa do responsável técnico pela condução dos serviços;

XVII. Atestado de Vistoria fornecido pela Prefeitura Municipal de Guaporé/RS, devidamente assinado por quem de direito da empresa licitante e pelo responsável do setor competente do Município, devendo a vistoria ser previamente agendada através do telefone (54) 3443-6353, ou e-mail smplanejamento@guapore.rs.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes, sendo feita em até 3 (três) dias úteis anteriores a data de abertura, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços. Não haverá vistoria sem prévio agendamento; caso o licitante opte por não realizar Vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

XVIII. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo elegível a longo prazo);

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo elegível a longo prazo); e

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- a) Em atenção ao disposto no § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, para fins de habilitação, todas as empresas deverão apresentar patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- b) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- d) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.2. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original ou por cópia, preferencialmente assinados de forma eletrônica, quando necessários.

5.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

5.4. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

5.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

5.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- 6.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo, o agente de contratação abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.
- 6.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública da concorrência, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.3.** A comunicação entre o agente de contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.4.** Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.
- 6.5.** A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo Agente de Contratação com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 6.6.** É facultado ao Agente de Contratação analisar as propostas e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com o estabelecido neste edital, devendo ser fundamentada esta decisão e registrada no sistema, sendo acompanhado em tempo real pelos participantes.
- 6.7.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.8.** Quaisquer dúvidas concernentes à fase de lances deverão ser suscitadas exclusivamente pelo chat disponível pelo portal.
- 6.9.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Agente de Contratação, participando da etapa de lances apenas as que forem classificadas.
- 6.10.** Classificadas as propostas, o Agente de Contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.11.** Os lances deverão ser sucessivos, podendo apenas oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.13. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No envio de lances para o modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.16.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.16.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.16.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.16.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.17. O sistema classificará as propostas mais vantajosas ao Município, em ordem crescente.

6.18. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.19. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7. FASE DE JULGAMENTO:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7.1.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.8 deste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- I. contiverem vícios insanáveis;
- II. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. não apresentarem a garantia da proposta, conforme item 4.3 do Edital;
- IV. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- V. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- VI. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.6. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.7. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

7.8.2. No caso de obras, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.8.3 só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10.1. A garantia adicional deverá ser prestada em uma das modalidades previstas no artigo 96 da Lei 14.133/2021.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento do Cronograma Físico-Financeiro, das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários para composição do valor global da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.16. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.17. As regras de desempate previstas não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.18. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

7.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO:

8.1. Os documentos de habilitação serão examinados pelo agente de contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

8.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

8.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

8.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 5.1 XI deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

8.7. Será exigida comprovação de regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

8.8. Será consultado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF quanto à regularidade e inexistência de impedimento ou suspensão para contratar com o Poder Público.

8.9. Será verificado o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis quanto a registros de atos de improbidade administrativa e inelegibilidade, sob supervisão do Conselho Nacional de Justiça.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08.01 - 1.022 – Obras de Infraestrutura Turística

4.4.90.51.91.00.00 - Obras em andamento – 10.981

Fonte de Recursos: 1701 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados

Desdobramento da Fonte: 0004 – Convênio FPE nº 4984/2025 Revitalização Autódromo

R\$ 8.764.657,74

08.01 - 1.022 – Obras de Infraestrutura Turística

4.4.90.51.91.00.00 - Obras em andamento – 10.982

Fonte de Recurso: 1754 – Recursos de Operações de Crédito

Desdobramento da Fonte: 0005 – Operação de Crédito Banco do Brasil

R\$ 4.237.015,17

10. CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada, após a apresentação da nota fiscal correspondente, de acordo com o cronograma físico-financeiro, juntamente com os relatórios do FGTS Digital e DCTFWeb do mês anterior referente ao pessoal ligado a obra com comprovante de quitação.

10.2. A última Parcela referentes aos eventos finais do Cronograma, será liberada da seguinte forma: 80% do valor após a emissão da Nota Fiscal e 20% do valor após a apresentação da Certidão Conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

10.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

10.4. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número do Cadastro Nacional da Obra junto ao INSS (CNO).

10.5. A Fiscalização do Município somente atestará a execução dos eventos de serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

10.6. Os pagamentos serão efetuados por eventos de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Fiscalização do contrato.

10.7. Para efeito de pagamento dos eventos de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários, cujos percentuais deverão ser destacados na Nota Fiscal.

10.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

10.9. As medições dos serviços executados serão realizadas pela fiscalização do contrato, observando-se o cronograma físico-financeiro e os quantitativos previstos na planilha orçamentária integrante do processo licitatório.

10.10. As medições ocorrerão com base nos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, podendo ser apuradas por etapas ou por eventos, conforme a natureza de cada etapa do cronograma físico-financeiro.

10.11. A fiscalização do contrato poderá, a qualquer tempo, solicitar laudos técnicos, ensaios tecnológicos, relatórios complementares ou demais documentos técnicos necessários à verificação da conformidade dos serviços executados com o projeto, as especificações técnicas e as normas aplicáveis.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

10.12. Quando aplicável, a CONTRATADA deverá apresentar os desenhos “as built” da obra, refletindo as condições efetivamente executadas, os quais constituirão documento obrigatório para o recebimento definitivo dos serviços.

10.13. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico- Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, acompanhada de relatório de execução e diário de obras comprovando a execução e demais laudos e relatórios exigidos pela fiscalização.

10.14. O pagamento será efetuado à CONTRATADA após a aprovação da medição pela fiscalização, mediante apresentação da nota fiscal correspondente, emitida sem rasuras e em conformidade com as exigências fiscais aplicáveis.

10.15. Para efeito de pagamento das medições, deverão ser observadas as disposições da legislação previdenciária e trabalhista aplicáveis, inclusive quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização dos encargos previdenciários e fundiários, devendo os percentuais legalmente previstos ser destacados na nota fiscal quando aplicável.

10.16. A última parcela correspondente aos eventos finais do cronograma físico-financeiro será liberada após a aprovação da medição final e apresentação da nota fiscal correspondente, apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como após a verificação da regularidade da execução contratual.

10.17. O recebimento dos serviços ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório, realizado pela fiscalização após a conclusão dos serviços previstos em contrato, mediante verificação preliminar da conformidade da obra com os projetos, especificações e condições contratuais;

b) Recebimento definitivo, realizado após o prazo necessário para verificação da qualidade dos serviços executados e da apresentação de toda a documentação técnica exigida, incluindo, quando aplicável, os documentos “as built” da obra.

10.18. Caso sejam constatadas inconformidades, falhas construtivas ou serviços executados em desacordo com o projeto ou especificações técnicas, a fiscalização poderá determinar a correção dos serviços, ficando suspenso o pagamento da parcela correspondente até a regularização das pendências identificadas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

10.19. Ademais, deverão ser observadas as disposições pertinentes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à execução contratual, à fiscalização e aos procedimentos de pagamento.

10.20. Além disso, cada etapa construtiva deverá ser observada conforme especificações do Termo de Referência.

10.21. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do Protocolo Geral Online do Município pelo site www.guapore.rs.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

11.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. RECURSOS:

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

12.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o Agente de Contratação estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra (quando exigida);
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

13.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

13.1.6. Fraudar a licitação.

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar e;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração.

13.3.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.3.6. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.3.7. Para as infrações previstas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, a qual poderá ser feita através de publicação na imprensa oficial, através de meios eletrônicos ou, em último caso, através de correspondência devidamente registrada.

13.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Agente de Contratação, sempre que não houver recurso.

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade competente, e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

15. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

15.1. O licitante vencedor terá o prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis para a assinatura, sob pena de incorrer nas sanções previstas no item 13 do presente edital.

16. DA EXECUÇÃO:

16.1. Os serviços, objeto do presente Edital, deverão ser executados de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e far-se-á sob regime de **empreitada GLOBAL, conforme especificações constantes no ORÇAMENTO DE CUSTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.**

16.2. As atividades que envolvam serviços especializados, controle tecnológico, verificação de desempenho, ensaios, inspeções ou certificações técnicas deverão ser executadas por profissionais legalmente habilitados, acompanhadas da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, Termo de Responsabilidade Técnica – TRT ou outro documento equivalente exigido pelo respectivo conselho profissional.

16.3. Em especial, poderão ser exigidos, conforme a natureza e a fase executiva dos serviços, os seguintes documentos técnicos:

- a)** laudos e relatórios de controle tecnológico do concreto, compreendendo ensaios de resistência à compressão, abatimento (Slump Test), moldagem e ruptura de corpos de prova, rastreabilidade dos lotes de concreto e demais verificações previstas nas normas da ABNT;
- b)** laudos relativos ao controle tecnológico das fundações, quando aplicável, compreendendo registros executivos, inspeções, ensaios ou verificações previstas em projeto ou nas normas técnicas pertinentes;
- c)** laudos de fabricação, inspeção dimensional e controle de qualidade dos elementos estruturais pré-fabricados, incluindo pilares, vigas, lajes alveolares protendidas e demais componentes estruturais, emitidos pelo fabricante ou por profissional habilitado;
- d)** relatórios de montagem da estrutura pré-fabricada, contemplando inspeção dos apoios, alinhamentos, prumos, nivelamentos, ligações estruturais, chumbamentos, grauteamentos e demais procedimentos necessários à estabilidade e ao desempenho estrutural da edificação;
- e)** laudos referentes às instalações elétricas, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, instalações hidrossanitárias, sistema de prevenção e combate a incêndio (PPCI) e demais instalações prediais, quando exigidos pelas normas técnicas, pelos órgãos fiscalizadores ou para obtenção das respectivas licenças e aprovações;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- f) certificados de conformidade, relatórios de ensaios e documentação técnica dos materiais empregados, sempre que previstos em normas técnicas, especificações do projeto ou exigidos pela fiscalização;
- g) laudos, ensaios e relatórios ambientais relacionados ao gerenciamento e à destinação dos resíduos da construção civil, quando exigidos pela legislação ambiental aplicável;
- h) levantamento cadastral e documentação técnica "**as built**", refletindo fielmente a obra executada, sempre que houver alterações autorizadas em relação aos projetos executivos.

16.4. Sempre que a complexidade dos serviços, as condições verificadas durante a execução, exigências legais, normativas ou determinações da fiscalização assim recomendarem, a Administração poderá exigir da contratada outros laudos, pareceres técnicos, ensaios laboratoriais, inspeções especializadas ou relatórios complementares necessários à adequada comprovação da qualidade, desempenho, segurança, conformidade e durabilidade dos serviços executados, correndo os respectivos custos por conta da contratada quando decorrentes de obrigação contratual, de exigência normativa ou da necessidade de comprovação da adequada execução dos serviços.

16.5. A apresentação dos laudos e documentos técnicos não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade dos materiais empregados, pela perfeita execução dos serviços, pela estabilidade, segurança, desempenho e durabilidade da obra, permanecendo íntegra sua responsabilidade técnica e contratual durante os prazos legais de garantia.

16.6. Os resíduos de construção civil originários da contratação deverão ser manejados através de Plano de Gerenciamento de Resíduos, o qual deverá ser elaborado pela contratada e apresentada para aprovação municipal.

16.7. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

16.8. A execução do objeto deverá observar as seguintes condições:

- a) Observar integralmente os memoriais descritivos anexos;
- b) Utilizar materiais novos e certificados;
- c) Cumprir o cronograma físico-financeiro;
- d) Executar controle tecnológico do concreto nos termos estabelecidos;
- e) Entregar projeto “as built” ao final.

16.9. A contratada deverá emitir:

- a) ART de execução;
- b) ARTs complementares (laudos, controle tecnológico);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- c) Plano de Gerenciamento de Riscos e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- d) Relatório de controle tecnológico;
- e) “As built” dos serviços executados;

16.10. Deverá apresentar à Fiscalização, após a Ordem de Serviço e antes do início dos trabalhos, o PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos em conformidade com a NR-9 e o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional em conformidade com a NR 7, bem como as demais medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços correlatos, em atendimento aos princípios e disposições das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina no Trabalho (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

16.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

16.12. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

16.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

16.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

16.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

16.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

16.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

16.18. A execução dos elementos em concreto armado deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT NBR 12655, ABNT NBR 5738 e ABNT NBR 5739, bem como demais normas pertinentes à execução e controle tecnológico de concreto estrutural.

16.19. Considerando o volume estimado de concreto, deverá ser realizado controle tecnológico obrigatório, compreendendo, no mínimo:

16.19.1. Amostragem

Deverá ser realizada coleta de amostras de concreto fresco para moldagem de corpos de prova cilíndricos

A frequência mínima de amostragem deverá obedecer ao seguinte critério:

- a) 1 conjunto de corpos de prova para cada 30 m³ de concreto lançado, ou fração;
- b) mínimo de 1 conjunto por dia de concretagem.

16.19.2. Cada conjunto deverá conter, no mínimo:

- a) 2 corpos de prova para ensaio aos 7 dias
- b) 2 corpos de prova para ensaio aos 28 dias

16.19.3. Os corpos de prova deverão ser moldados, identificados, armazenados e transportados conforme procedimentos estabelecidos nas normas da ABNT.

16.20. Ensaios de resistência

Os ensaios de compressão deverão ser realizados em laboratório especializado, devidamente aparelhado para tal finalidade. Os relatórios de ensaio deverão conter, no mínimo:

- a) identificação da obra;
- b) data da concretagem;
- c) local de coleta;
- d) identificação dos corpos de prova;
- e) idade do ensaio;
- f) resistência obtida;
- g) responsável técnico pelo ensaio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

16.21. Os relatórios deverão estar acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável pelo controle tecnológico.

16.22. Condicionantes para medição e pagamento

A liberação das medições correspondentes às etapas de execução do pavimento em concreto ficará condicionada à apresentação dos relatórios de controle tecnológico. A fiscalização poderá:

- a) suspender medições;
- b) determinar ensaios adicionais;
- c) exigir extração de testemunhos do concreto executado;

16.22.1 Caso sejam identificadas inconformidades ou ausência de documentação técnica comprobatória.

16.22.2. Para cada medição que contemple execução de estrutura de concreto deverá ser apresentada:

- a) Relatório de Slump Test de cada caminhão de concreto recebido na obra (ou batelada para concreto pré-moldado);
- b) Relatório de resistência a compressão aos 7 dias;
- c) Notas fiscais de aquisição do concreto usinado;
- d) Relatório fotográfico de concretagem;

16.22.3. O termo de recebimento definitivo da obra somente será liberado após:

- a) apresentação de todos os relatórios de resistência à compressão aos 28 dias;
- b) comprovação de atendimento às resistências especificadas em projeto.

16.22.4. Caso sejam identificados resultados inferiores aos valores de projeto, a fiscalização

poderá determinar ensaios complementares, avaliação estrutural ou eventual recomposição dos serviços, às expensas da contratada.

16.22.5. O controle tecnológico do concreto deverá ser realizado por laboratório independente, devidamente credenciado e se, vínculo societário ou comercial com a CONTRATADA.

16.23. A execução do objeto observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, das normas técnicas da ABNT, dos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro, demais documentos integrantes da contratação e as condições estabelecidas no Termo de Referência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

16.24. Assinatura do Contrato

16.24.1. Após a homologação do certame e adjudicação do objeto, a empresa vencedora será convocada para assinatura do contrato administrativo, devendo comprovar o atendimento de todas as condições exigidas para contratação, inclusive aquelas condicionadas à emissão da Ordem de Início dos Serviços. Antes da assinatura ou no prazo fixado pela Administração, deverão ser apresentados, quando aplicáveis:

- a) garantia contratual;
- b) atualização da documentação de habilitação;
- c) indicação formal do responsável técnico;
- d) comprovação do vínculo do responsável técnico;
- e) demais documentos exigidos pelo Edital.

16.25. Ordem de Início dos Serviços

16.25.1. A execução da obra somente poderá ser iniciada após a emissão formal da Ordem de Início dos Serviços pela Administração. Constituem condições mínimas para emissão da Ordem de Início:

- a) assinatura do contrato;
- b) apresentação da ART, RRT ou TRT de execução;
- c) apresentação da garantia contratual;
- d) aprovação do cronograma executivo detalhado;
- e) indicação do engenheiro residente;
- f) apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC;
- g) apresentação do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
- h) apresentação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- i) apresentação dos documentos relativos à Segurança e Saúde no Trabalho previstos nas Normas Regulamentadoras;
- j) apresentação do planejamento executivo da obra, quando solicitado pela fiscalização.

16.26. Prazos Contratuais

16.26.1. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços, salvo prazo diverso estabelecido no Contrato ou motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

16.27. Prazo de execução da obra



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

16.27.1. O prazo para execução integral do objeto será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços, observando-se o cronograma físico-financeiro aprovado pela fiscalização.

16.27.2. O prazo poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado, autorizado pela autoridade competente e formalizado mediante termo aditivo.

16.28. Prazo de vigência do contrato

16.28.1. O contrato permanecerá vigente durante todo o período necessário à execução do objeto, ao recebimento provisório e definitivo, à liquidação das obrigações contratuais e às demais providências administrativas pertinentes.

16.28.2. A vigência inicial será de **30 (trinta) meses**, compreendendo o prazo de execução da obra e período adicional destinado às medições finais, recebimento da obra, análise documental, eventuais correções, encerramento contratual e demais atos administrativos necessários, podendo ser prorrogada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

16.29. Mobilização do Canteiro

16.29.1. A contratada será responsável pela completa mobilização do canteiro de obras, compreendendo, dentre outros:

- a) instalação do canteiro;
- b) sinalização de segurança;
- c) isolamento das áreas de trabalho;
- d) instalações provisórias;
- e) ligação provisória de água e energia;
- f) equipamentos de proteção coletiva;
- g) equipamentos de proteção individual;
- h) controle de acesso;
- i) demais providências necessárias ao início seguro da execução.

16.30. Execução dos Serviços

16.30.1. A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com:

- a) projetos executivos;
- b) memoriais descritivos;
- c) especificações técnicas;
- d) normas da ABNT;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- e) normas regulamentadoras de segurança do trabalho;
- f) legislação ambiental;
- g) determinações da fiscalização.

16.30.2. Durante toda a execução deverão ser empregados exclusivamente materiais novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas do projeto.

16.30.3. Qualquer alteração de projeto somente poderá ocorrer mediante autorização formal da Administração e emissão da documentação técnica correspondente.

16.31. Controle Tecnológico

16.31.1. A contratada será responsável pela realização de todos os ensaios, testes, inspeções e controles tecnológicos previstos em norma, incluindo, quando aplicável:

- a) concreto;
- b) elementos pré-fabricados;
- c) fundações;
- d) pavimentação;
- e) instalações;
- f) demais sistemas construtivos.

16.31.2. Os respectivos relatórios deverão ser entregues à fiscalização juntamente com as medições.

16.32. Diário de Obra

16.32.1. A contratada deverá manter Diário de Obra permanentemente atualizado durante toda a execução dos serviços. O Diário deverá permanecer disponível para consulta da fiscalização e registrar, no mínimo:

- a) condições climáticas;
- b) efetivo de trabalhadores;
- c) equipamentos empregados;
- d) serviços executados;
- e) concretagens;
- f) montagem estrutural;
- g) visitas técnicas;
- h) ensaios realizados;
- i) orientações da fiscalização;
- j) notificações;
- l) paralisações;
- m) acidentes;
- n) ocorrências relevantes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

16.32.2. As anotações deverão ser realizadas diariamente pelo responsável técnico da obra e validadas pela fiscalização quando necessário.

16.33. Fiscalização da Obra

16.33.1. A fiscalização será exercida pelos servidores designados pela Administração.

16.33.2. Compete à fiscalização:

- a) acompanhar os serviços;
- b) verificar materiais;
- c) solicitar ensaios;
- d) exigir correções;
- e) aprovar medições;
- f) registrar ocorrências;
- g) determinar paralisação de serviços executados em desconformidade;
- h) autorizar reinício após correção.

16.33.3. A atuação da fiscalização não reduz nem transfere qualquer responsabilidade da contratada.

16.34. Irregularidades na Execução

16.34.1. Constatada qualquer irregularidade, defeito, vício construtivo, desconformidade com os projetos, emprego de materiais inadequados ou descumprimento das normas técnicas, a fiscalização notificará formalmente a contratada para promover a correção.

16.34.2. Os serviços rejeitados deverão ser refeitos integralmente às expensas da contratada, sem qualquer ônus para a Administração.

16.34.3. Caso as irregularidades comprometam a segurança da obra ou de terceiros, a fiscalização poderá determinar a imediata paralisação dos serviços até sua completa regularização.

16.35. Segurança do Trabalho

16.35.1. A contratada deverá cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Deverão permanecer atualizados durante toda a execução da obra:

- a) PGR;
- b) PCMSO;
- c) ASO dos trabalhadores;
- d) treinamentos obrigatórios;
- e) fichas de entrega de EPI;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- f) documentação de empresas subcontratadas;
- g) certificados dos equipamentos de movimentação de cargas;
- h) demais documentos exigidos pela legislação trabalhista e previdenciária.

16.36. Comunicação entre as Partes

16.36.1. Toda comunicação que implique alteração contratual, solicitação técnica, aprovação de materiais, esclarecimentos, notificações, medições ou registro de ocorrências deverá ocorrer por escrito, preferencialmente através do sistema eletrônico oficial do Município.

16.37. Conclusão da Obra

16.37.1. Concluídos os serviços, a contratada deverá apresentar:

- a) projeto "as built";
- b) laudos técnicos;
- c) ARTs complementares;
- d) certificados dos materiais;
- e) controle tecnológico;
- f) manual de uso e manutenção;
- g) termo de encerramento do Diário de Obra;
- h) demais documentos exigidos pela fiscalização.

16.37.2. Somente após a verificação da conformidade dos serviços será iniciado o procedimento de recebimento provisório e, posteriormente, do recebimento definitivo da obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.38. O recebimento do objeto observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e ocorrerá nas seguintes etapas:

16.38.1. Recebimento das Etapas Executadas (Medições)

16.38.2. Cada etapa executada será submetida à fiscalização contratual, que verificará sua conformidade com os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos da contratação.

16.38.3. Estando os serviços em conformidade, será emitido o respectivo Boletim de Medição, documento que servirá de base para o processamento do pagamento da parcela correspondente, não caracterizando aceitação definitiva dos serviços executados.

16.39. Recebimento Provisório



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

16.39.1. Concluída integralmente a execução do objeto, a fiscalização realizará vistoria geral da obra, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, a execução integral dos serviços e a aptidão da edificação para sua utilização.

16.39.2. Constatada a conclusão da obra e inexistindo pendências impeditivas, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, condicionado à apresentação da documentação técnica, administrativa, trabalhista e previdenciária exigida contratualmente, incluindo, quando aplicável:

- a) documentação relativa ao Cadastro Nacional de Obras – CNO;
- b) projetos "as built";
- c) manuais de operação, uso e manutenção;
- d) laudos técnicos, ensaios e controles tecnológicos;
- e) ART, RRT ou TRT de encerramento, quando exigíveis;
- f) demais documentos previstos no Edital, no Contrato ou solicitados pela fiscalização.

16.39.3. A emissão do Termo de Recebimento Provisório não exonera a CONTRATADA da responsabilidade pela correção de defeitos, vícios construtivos ou imperfeições eventualmente constatadas.

16.40. Recebimento Definitivo

16.40.1. O recebimento definitivo será formalizado após o decurso do prazo necessário para verificação do adequado funcionamento da edificação, da qualidade dos serviços executados e do integral cumprimento das obrigações contratuais, observado o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.40.2. Para sua formalização, a CONTRATADA deverá comprovar o atendimento de todas as exigências legais, técnicas, trabalhistas, previdenciárias e fiscais pertinentes à contratação, incluindo a apresentação da Certidão Negativa de Débitos do Cadastro Nacional de Obras – CNO, quando exigível, ou da documentação equivalente nos casos de dispensa legal, bem como quaisquer outros documentos técnicos ou administrativos necessários ao encerramento contratual.

16.40.3. Verificada a regularidade da documentação e inexistindo pendências técnicas, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo da Obra, sem prejuízo das garantias legais, da responsabilidade pela solidez e segurança da obra e das demais responsabilidades da CONTRATADA previstas na legislação e no Contrato.

16.40.4. A emissão dos Boletins de Medição, do Termo de Recebimento Provisório ou do Termo de Recebimento Definitivo não implica aceitação de serviços executados em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

desconformidade com o contrato, permanecendo a CONTRATADA responsável pela correção de vícios, defeitos, imperfeições ou inconformidades constatadas durante os prazos legais e contratuais de garantia.

16.40.5. Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos, vícios construtivos ou serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou demais documentos contratuais, a fiscalização poderá determinar a imediata correção dos serviços, suspendendo a aprovação da medição ou o pagamento da parcela correspondente até a completa regularização das pendências, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, no Contrato e na legislação aplicável.

16.40.6. Ademais, deverão ser observadas as disposições do Termo de Referência (TR) e, subsidiariamente, as normas pertinentes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à execução contratual, à fiscalização e aos procedimentos de pagamento

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no site oficial do município, www.guapore.rs.gov.br.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência; e

ANEXO II – Minuta Contratual.

17.12. Anexos externos: Plantas, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha Orçamentária, Memoriais Descritivos, Tabela de Composição do BDI, Composições e Cotações e demais documentos pertinentes a este objeto.

Guaporé-RS, 11 de setembro 2026.

Odair André Rossetto
Prefeito

Tamara Figueira
Assessora Jurídica
OAB/RS nº 124.954

CONCORRÊNCIA Nº 15/2026

ANEXO I

Termo de Referência

ANEXO II



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

Matriz de Riscos

** Em anexo externo.*

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/2026

Processo: nº /2026.

Modalidade de Licitação: Concorrência Eletrônica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

Regime de Execução: Empreitada Por Preço Global – Mão de Obra e Material.

O **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ nº 87.862.397/0001-09, com sede na Av. Sílvio Sanson, 1135, na cidade de Guaporé-RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **ODAIR ANDRÉ ROSSETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida no endereço _____, bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, telefone (____)_____, e-mail: _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato que foi procedido da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 15/2026, PROCESSO nº XXX/2026, homologado em _____**, constante das seguintes cláusulas, nos termos e condições a seguir definidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a EMPREITADA GLOBAL, com fornecimento de material e mão de obra, para execução de obra para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DO AUTÓDROMO DE GUAPORÉ E CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS – ESTRUTURA EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO COM ÁREA DE 7.454,32M², COM RECURSO DO CONVÊNIO FPE Nº4984/2025 E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL**, de acordo com o Projeto Básico, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro.

1.2. Especificação detalhada do objeto conforme planilha orçamentária, cronograma e memorial descritivo, anexos ao processo.

1.2.1. É de responsabilidade da **CONTRATADA** efetuar a matrícula da obra junto ao Cadastro Nacional de Obras (CNO) e apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, referentes a execução da obra.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Edital;
- b) O Termo de Referência;
- c) A Proposta do contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. As obras deverão estar concluídas **no prazo de 24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data contida **na Ordem de Início dos Serviços (OIS)**, pela **CONTRATANTE**, conforme Cronograma Físico Financeiro, descontados os dias de chuva e os dias



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

subsequentes, quando certificada pela fiscalização da obra a inviabilidade de execução dos serviços, conforme anotações no Diário de Obras.

2.2. A vigência do presente contrato será até _____, a partir da data de sua emissão, iniciando em _____, podendo ser prorrogado sucessivamente, com base no disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O modelo de gestão seguirá o constante no Decreto Municipal nº 7.441/2023, de 28 de novembro de 2023.

3.3. O gestor do presente contrato será _____, o fiscal será o _____, e o Suplente será _____, nomeados através de portaria, conforme indicação constante no Termo de Referência.

3.4. Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com os parâmetros estabelecidos nos memoriais descritivos, projetos, especificações técnicas e no cronograma físico-financeiro aprovado.

3.5. A CONTRATADA deverá avaliar previamente as condições do local de execução, identificando possíveis impedimentos, interferências, transtornos ou riscos materiais e humanos que possam comprometer a segurança, a integridade das estruturas existentes ou o adequado desenvolvimento das atividades.

3.6. Somente após a completa regularização, mitigação ou eliminação desses riscos e condicionantes será autorizado o início efetivo dos serviços, garantindo que a execução ocorra de forma segura, contínua e compatível com as exigências técnicas do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

3.7. Ao término de cada etapa da obra, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o Fiscal do Contrato para que seja realizada a vistoria correspondente. A próxima etapa somente poderá ser iniciada após a emissão da aprovação formal pelo Fiscal, garantindo o cumprimento das especificações técnicas e a adequada sequência executiva dos serviços.

3.8. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.9. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.10. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade através do sistema digital protocolar próprio do município.

3.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.12. Os serviços, objeto do presente Edital, deverão ser executados de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e far-se-á sob regime de **empreitada GLOBAL, conforme especificações constantes no ORÇAMENTO DE CUSTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.**

3.13. As atividades que envolvam serviços especializados, controle tecnológico, verificação de desempenho, ensaios, inspeções ou certificações técnicas deverão ser executadas por profissionais legalmente habilitados, acompanhadas da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, Termo de Responsabilidade Técnica – TRT ou outro documento equivalente exigido pelo respectivo conselho profissional.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

3.14. Em especial, poderão ser exigidos, conforme a natureza e a fase executiva dos serviços, os seguintes documentos técnicos:

- a)** laudos e relatórios de controle tecnológico do concreto, compreendendo ensaios de resistência à compressão, abatimento (Slump Test), moldagem e ruptura de corpos de prova, rastreabilidade dos lotes de concreto e demais verificações previstas nas normas da ABNT;
- b)** laudos relativos ao controle tecnológico das fundações, quando aplicável, compreendendo registros executivos, inspeções, ensaios ou verificações previstas em projeto ou nas normas técnicas pertinentes;
- c)** laudos de fabricação, inspeção dimensional e controle de qualidade dos elementos estruturais pré-fabricados, incluindo pilares, vigas, lajes alveolares protendidas e demais componentes estruturais, emitidos pelo fabricante ou por profissional habilitado;
- d)** relatórios de montagem da estrutura pré-fabricada, contemplando inspeção dos apoios, alinhamentos, prumos, nivelamentos, ligações estruturais, chumbamentos, grauteamentos e demais procedimentos necessários à estabilidade e ao desempenho estrutural da edificação;
- e)** laudos referentes às instalações elétricas, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, instalações hidrossanitárias, sistema de prevenção e combate a incêndio (PPCI) e demais instalações prediais, quando exigidos pelas normas técnicas, pelos órgãos fiscalizadores ou para obtenção das respectivas licenças e aprovações;
- f)** certificados de conformidade, relatórios de ensaios e documentação técnica dos materiais empregados, sempre que previstos em normas técnicas, especificações do projeto ou exigidos pela fiscalização;
- g)** laudos, ensaios e relatórios ambientais relacionados ao gerenciamento e à destinação dos resíduos da construção civil, quando exigidos pela legislação ambiental aplicável;
- h)** levantamento cadastral e documentação técnica "**as built**", refletindo fielmente a obra executada, sempre que houver alterações autorizadas em relação aos projetos executivos.

3.15. Sempre que a complexidade dos serviços, as condições verificadas durante a execução, exigências legais, normativas ou determinações da fiscalização assim recomendarem, a Administração poderá exigir da contratada outros laudos, pareceres técnicos, ensaios laboratoriais, inspeções especializadas ou relatórios complementares necessários à adequada comprovação da qualidade, desempenho, segurança, conformidade e durabilidade dos serviços executados, correndo os respectivos custos por conta da contratada quando decorrentes de obrigação contratual, de exigência normativa ou da necessidade de comprovação da adequada execução dos serviços.

3.16. A apresentação dos laudos e documentos técnicos não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade dos materiais empregados, pela perfeita execução dos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

serviços, pela estabilidade, segurança, desempenho e durabilidade da obra, permanecendo íntegra sua responsabilidade técnica e contratual durante os prazos legais de garantia.

3.17. Os resíduos de construção civil originários da contratação deverão ser manejados através de Plano de Gerenciamento de Resíduos, o qual deverá ser elaborado pela contratada e apresentada para aprovação municipal.

3.18. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

3.19. A execução do objeto deverá observar as seguintes condições:

- a)** Observar integralmente os memoriais descritivos anexos;
- b)** Utilizar materiais novos e certificados;
- c)** Cumprir o cronograma físico-financeiro;
- d)** Executar controle tecnológico do concreto nos termos estabelecidos;
- e)** Entregar projeto “as built” ao final.

3.20. A contratada deverá emitir:

- a)** ART de execução;
- b)** ARTs complementares (laudos, controle tecnológico);
- c)** Plano de Gerenciamento de Riscos e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- d)** Relatório de controle tecnológico;
- e)** “As built” dos serviços executados;

3.21. Deverá apresentar à Fiscalização, após a Ordem de Serviço e antes do início dos trabalhos, o PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos em conformidade com a NR-9 e o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional em conformidade com a NR 7, bem como as demais medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços correlatos, em atendimento aos princípios e disposições das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina no Trabalho (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

3.22. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.23. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.24. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.25. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.26. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.27. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

3.29. A execução dos elementos em concreto armado deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT NBR 12655, ABNT NBR 5738 e ABNT NBR 5739, bem como demais normas pertinentes à execução e controle tecnológico de concreto estrutural.

3.30. Considerando o volume estimado de concreto, deverá ser realizado controle tecnológico obrigatório, compreendendo, no mínimo:

3.31. Amostragem

Deverá ser realizada coleta de amostras de concreto fresco para moldagem de corpos de prova cilíndricos

A frequência mínima de amostragem deverá obedecer ao seguinte critério:

- a)** 1 conjunto de corpos de prova para cada 30 m³ de concreto lançado, ou fração;
- b)** mínimo de 1 conjunto por dia de concretagem.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

3.31.1. Cada conjunto deverá conter, no mínimo:

- a) 2 corpos de prova para ensaio aos 7 dias
- b) 2 corpos de prova para ensaio aos 28 dias

3.31.2. Os corpos de prova deverão ser moldados, identificados, armazenados e transportados conforme procedimentos estabelecidos nas normas da ABNT.

3.32. Ensaio de resistência

Os ensaios de compressão deverão ser realizados em laboratório especializado, devidamente aparelhado para tal finalidade. Os relatórios de ensaio deverão conter, no mínimo:

- a) identificação da obra;
- b) data da concretagem;
- c) local de coleta;
- d) identificação dos corpos de prova;
- e) idade do ensaio;
- f) resistência obtida;
- g) responsável técnico pelo ensaio.

3.33. Os relatórios deverão estar acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável pelo controle tecnológico.

3.34. Condicionantes para medição e pagamento

A liberação das medições correspondentes às etapas de execução do pavimento em concreto ficará condicionada à apresentação dos relatórios de controle tecnológico. A fiscalização poderá:

- a) suspender medições;
- b) determinar ensaios adicionais;
- c) exigir extração de testemunhos do concreto executado;

3.34.1 Caso sejam identificadas inconformidades ou ausência de documentação técnica comprobatória.

3.34.2. Para cada medição que contemple execução de estrutura de concreto deverá ser apresentada:

- a) Relatório de Slump Test de cada caminhão de concreto recebido na obra (ou batelada para concreto pré-moldado);
- b) Relatório de resistência a compressão aos 7 dias;
- c) Notas fiscais de aquisição do concreto usinado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

d) Relatório fotográfico de concretagem;

3.34.3. O termo de recebimento definitivo da obra somente será liberado após:

- a)** apresentação de todos os relatórios de resistência à compressão aos 28 dias;
- b)** comprovação de atendimento às resistências especificadas em projeto.

3.34.4. Caso sejam identificados resultados inferiores aos valores de projeto, a fiscalização poderá determinar ensaios complementares, avaliação estrutural ou eventual recomposição dos serviços, às expensas da contratada.

3.34.5. O controle tecnológico do concreto deverá ser realizado por laboratório independente, devidamente credenciado e se, vínculo societário ou comercial com a CONTRATADA.

3.34.6. A execução do objeto observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, das normas técnicas da ABNT, dos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro, demais documentos integrantes da contratação e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.35. Assinatura do Contrato

3.35.1. Após a homologação do certame e adjudicação do objeto, a empresa vencedora será convocada para assinatura do contrato administrativo, devendo comprovar o atendimento de todas as condições exigidas para contratação, inclusive aquelas condicionadas à emissão da Ordem de Início dos Serviços. Antes da assinatura ou no prazo fixado pela Administração, deverão ser apresentados, quando aplicáveis:

- a)** garantia contratual;
- b)** atualização da documentação de habilitação;
- c)** indicação formal do responsável técnico;
- d)** comprovação do vínculo do responsável técnico;
- e)** demais documentos exigidos pelo Edital.

3.36. Ordem de Início dos Serviços

3.36.1. A execução da obra somente poderá ser iniciada após a emissão formal da Ordem de Início dos Serviços pela Administração. Constituem condições mínimas para emissão da Ordem de Início:

- a)** assinatura do contrato;
- b)** apresentação da ART, RRT ou TRT de execução;
- c)** apresentação da garantia contratual;
- d)** aprovação do cronograma executivo detalhado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- e) indicação do engenheiro residente;
- f) apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC;
- g) apresentação do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
- h) apresentação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- i) apresentação dos documentos relativos à Segurança e Saúde no Trabalho previstos nas Normas Regulamentadoras;
- j) apresentação do planejamento executivo da obra, quando solicitado pela fiscalização.

3.37. Prazos Contratuais

3.37.1. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços, salvo prazo diverso estabelecido no Contrato ou motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

3.38. Prazo de execução da obra

3.38.1. O prazo para execução integral do objeto será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços, observando-se o cronograma físico-financeiro aprovado pela fiscalização.

3.38.2. O prazo poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado, autorizado pela autoridade competente e formalizado mediante termo aditivo.

3.39. Prazo de vigência do contrato

3.39.1. O contrato permanecerá vigente durante todo o período necessário à execução do objeto, ao recebimento provisório e definitivo, à liquidação das obrigações contratuais e às demais providências administrativas pertinentes.

3.39.2. A vigência inicial será de **30 (trinta) meses**, compreendendo o prazo de execução da obra e período adicional destinado às medições finais, recebimento da obra, análise documental, eventuais correções, encerramento contratual e demais atos administrativos necessários, podendo ser prorrogada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

3.40. Mobilização do Canteiro

3.40.1. A contratada será responsável pela completa mobilização do canteiro de obras, compreendendo, dentre outros:

- a) instalação do canteiro;
- b) sinalização de segurança;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- c) isolamento das áreas de trabalho;
- d) instalações provisórias;
- e) ligação provisória de água e energia;
- f) equipamentos de proteção coletiva;
- g) equipamentos de proteção individual;
- h) controle de acesso;
- i) demais providências necessárias ao início seguro da execução.

3.41. Execução dos Serviços

3.41.1. A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com:

- a) projetos executivos;
- b) memoriais descritivos;
- c) especificações técnicas;
- d) normas da ABNT;
- e) normas regulamentadoras de segurança do trabalho;
- f) legislação ambiental;
- g) determinações da fiscalização.

3.41.2. Durante toda a execução deverão ser empregados exclusivamente materiais novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas do projeto.

3.41.3. Qualquer alteração de projeto somente poderá ocorrer mediante autorização formal da Administração e emissão da documentação técnica correspondente.

3.42. Controle Tecnológico

3.42.1. A contratada será responsável pela realização de todos os ensaios, testes, inspeções e controles tecnológicos previstos em norma, incluindo, quando aplicável:

- a) concreto;
- b) elementos pré-fabricados;
- c) fundações;
- d) pavimentação;
- e) instalações;
- f) demais sistemas construtivos.

3.42.2. Os respectivos relatórios deverão ser entregues à fiscalização juntamente com as medições.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

3.43. Diário de Obra

3.43.1. A contratada deverá manter Diário de Obra permanentemente atualizado durante toda a execução dos serviços. O Diário deverá permanecer disponível para consulta da fiscalização e registrar, no mínimo:

- a)** condições climáticas;
- b)** efetivo de trabalhadores;
- c)** equipamentos empregados;
- d)** serviços executados;
- e)** concretagens;
- f)** montagem estrutural;
- g)** visitas técnicas;
- h)** ensaios realizados;
- i)** orientações da fiscalização;
- j)** notificações;
- l)** paralisações;
- m)** acidentes;
- n)** ocorrências relevantes.

3.43.2. As anotações deverão ser realizadas diariamente pelo responsável técnico da obra e validadas pela fiscalização quando necessário.

3.44. Fiscalização da Obra

3.44.1. A fiscalização será exercida pelos servidores designados pela Administração.

3.44.2. Compete à fiscalização:

- a)** acompanhar os serviços;
- b)** verificar materiais;
- c)** solicitar ensaios;
- d)** exigir correções;
- e)** aprovar medições;
- f)** registrar ocorrências;
- g)** determinar paralisação de serviços executados em desconformidade;
- h)** autorizar reinício após correção.

3.44.3. A atuação da fiscalização não reduz nem transfere qualquer responsabilidade da contratada.

3.45. Irregularidades na Execução



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

3.45.1. Constatada qualquer irregularidade, defeito, vício construtivo, desconformidade com os projetos, emprego de materiais inadequados ou descumprimento das normas técnicas, a fiscalização notificará formalmente a contratada para promover a correção.

3.45.2. Os serviços rejeitados deverão ser refeitos integralmente às expensas da contratada, sem qualquer ônus para a Administração.

3.45.3. Caso as irregularidades comprometam a segurança da obra ou de terceiros, a fiscalização poderá determinar a imediata paralisação dos serviços até sua completa regularização.

3.46. Segurança do Trabalho

3.46.1. A contratada deverá cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Deverão permanecer atualizados durante toda a execução da obra:

- a) PGR;
- b) PCMSO;
- c) ASO dos trabalhadores;
- d) treinamentos obrigatórios;
- e) fichas de entrega de EPI;
- f) documentação de empresas subcontratadas;
- g) certificados dos equipamentos de movimentação de cargas;
- h) demais documentos exigidos pela legislação trabalhista e previdenciária.

3.47. Comunicação entre as Partes

3.47.1. Toda comunicação que implique alteração contratual, solicitação técnica, aprovação de materiais, esclarecimentos, notificações, medições ou registro de ocorrências deverá ocorrer por escrito, preferencialmente através do sistema eletrônico oficial do Município.

3.48. Conclusão da Obra

3.48.1. Concluídos os serviços, a contratada deverá apresentar:

- a) projeto "as built";
- b) laudos técnicos;
- c) ARTs complementares;
- d) certificados dos materiais;
- e) controle tecnológico;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- f) manual de uso e manutenção;
- g) termo de encerramento do Diário de Obra;
- h) demais documentos exigidos pela fiscalização.

3.48.2. Somente após a verificação da conformidade dos serviços será iniciado o procedimento de recebimento provisório e, posteriormente, do recebimento definitivo da obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.49. O recebimento do objeto observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e ocorrerá nas seguintes etapas:

3.49.1. Recebimento das Etapas Executadas (Medições)

3.49.2. Cada etapa executada será submetida à fiscalização contratual, que verificará sua conformidade com os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos da contratação.

3.49.3. Estando os serviços em conformidade, será emitido o respectivo Boletim de Medição, documento que servirá de base para o processamento do pagamento da parcela correspondente, não caracterizando aceitação definitiva dos serviços executados.

3.50. Recebimento Provisório

3.50.1. Concluída integralmente a execução do objeto, a fiscalização realizará vistoria geral da obra, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, a execução integral dos serviços e a aptidão da edificação para sua utilização.

3.50.2. Constatada a conclusão da obra e inexistindo pendências impeditivas, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, condicionado à apresentação da documentação técnica, administrativa, trabalhista e previdenciária exigida contratualmente, incluindo, quando aplicável:

- a) documentação relativa ao Cadastro Nacional de Obras – CNO;
- b) projetos "as built";
- c) manuais de operação, uso e manutenção;
- d) laudos técnicos, ensaios e controles tecnológicos;
- e) ART, RRT ou TRT de encerramento, quando exigíveis;
- f) demais documentos previstos no Edital, no Contrato ou solicitados pela fiscalização.

3.50.3. A emissão do Termo de Recebimento Provisório não exonera a CONTRATADA da responsabilidade pela correção de defeitos, vícios construtivos ou imperfeições eventualmente constatadas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

3.51. Recebimento Definitivo

3.51.1. O recebimento definitivo será formalizado após o decurso do prazo necessário para verificação do adequado funcionamento da edificação, da qualidade dos serviços executados e do integral cumprimento das obrigações contratuais, observado o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.51.2. Para sua formalização, a CONTRATADA deverá comprovar o atendimento de todas as exigências legais, técnicas, trabalhistas, previdenciárias e fiscais pertinentes à contratação, incluindo a apresentação da Certidão Negativa de Débitos do Cadastro Nacional de Obras – CNO, quando exigível, ou da documentação equivalente nos casos de dispensa legal, bem como quaisquer outros documentos técnicos ou administrativos necessários ao encerramento contratual.

3.51.3. Verificada a regularidade da documentação e inexistindo pendências técnicas, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo da Obra, sem prejuízo das garantias legais, da responsabilidade pela solidez e segurança da obra e das demais responsabilidades da CONTRATADA previstas na legislação e no Contrato.

3.51.4. A emissão dos Boletins de Medição, do Termo de Recebimento Provisório ou do Termo de Recebimento Definitivo não implica aceitação de serviços executados em desconformidade com o contrato, permanecendo a CONTRATADA responsável pela correção de vícios, defeitos, imperfeições ou inconformidades constatadas durante os prazos legais e contratuais de garantia.

3.51.5. Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos, vícios construtivos ou serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou demais documentos contratuais, a fiscalização poderá determinar a imediata correção dos serviços, suspendendo a aprovação da medição ou o pagamento da parcela correspondente até a completa regularização das pendências, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, no Contrato e na legislação aplicável.

3.51.6. Ademais, deverão ser observadas as disposições do Termo de Referência (TR) e, subsidiariamente, as normas pertinentes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à execução contratual, à fiscalização e aos procedimentos de pagamento

3.6. Matriz de Riscos

3.6.1. Os riscos envolvidos na contratação serão distribuídos conforme Matriz de Riscos, Anexo II do Edital, que compõe o presente contrato para todos os fins, independente de transcrição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela Administração e restrita a serviços acessórios, complementares ou especializados que não integrem as parcelas de maior relevância técnica da contratação.

4.1.1 Fica vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços que compõem o núcleo estrutural do empreendimento e que constituem o sistema construtivo principal da edificação, compreendendo:

- a)** execução das fundações e blocos de fundação;
- b)** fabricação, fornecimento, transporte, içamento e montagem de pilares pré-fabricados de concreto;
- c)** fabricação, fornecimento, transporte, içamento e montagem de vigas pré-fabricadas de concreto;
- d)** fabricação, fornecimento, transporte, içamento e montagem de lajes alveolares protendidas;
- e)** execução das ligações estruturais, chumbamentos, grauteamentos, concretagens complementares e demais elementos necessários à integração e estabilidade do sistema estrutural;
- f)** execução dos elementos de concreto armado moldados "in loco" que possuam função estrutural permanente e participem da estabilidade global da edificação;
- g)** demais serviços diretamente relacionados à formação, montagem e consolidação da estrutura resistente principal da edificação.

4.1.2. Para fins do Termo de Referência, considera-se sistema construtivo principal da edificação o conjunto de elementos estruturais responsáveis pela sustentação, estabilidade, resistência e transferência das cargas permanentes, acidentais e de utilização para as fundações, incluindo os elementos pré-fabricados de concreto, as fundações, os elementos estruturais moldados "in loco", as ligações estruturais e demais componentes que integrem o sistema resistente principal do empreendimento.

4.1.3. Permanecem passíveis de subcontratação, observados os limites estabelecidos neste instrumento, serviços complementares como instalações elétricas, hidrossanitárias, sistemas de prevenção e combate a incêndio, SPDA, revestimentos, esquadrias, pintura, pavimentação, paisagismo, comunicação visual, fornecimento de equipamentos, ensaios laboratoriais, controle tecnológico e demais atividades acessórias que não integrem diretamente o sistema estrutural principal da edificação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

4.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.1.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O preço total, **incluindo, o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos de proteção individual (EPI), máquinas e demais equipamentos, material de sinalização necessário à execução do Contrato, bem como frete(s) e/ou quaisquer deslocamentos, transportes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais, bem como demais encargos pagos ou devidos em decorrências da execução do objeto contratado, é de _____, sendo _____, referente a mão de obra, e _____, referente aos materiais.**

CLÁUSULA SEXTA – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada após a apresentação da nota fiscal correspondente, em conformidade com os eventos realizados, de cronograma físico-financeiro, **no valor de R\$ _____, através de transferência PIX na chave CNPJ nº _____, vinculada diretamente à conta empresarial da contratada, conforme determinação do Decreto Municipal nº 7913/2025.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

6.1.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada, após a apresentação da nota fiscal correspondente, de acordo com o cronograma físico-financeiro, juntamente com os relatórios do FGTS Digital e DCTFWeb do mês anterior referente ao pessoal ligado a obra com comprovante de quitação.

6.1.1.1. A última Parcela referentes aos eventos finais do Cronograma, será liberada da seguinte forma: 80% do valor após a emissão da Nota Fiscal e 20% do valor após a apresentação da Certidão Conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

6.1.2. Considerando que parte do objeto compreende a fabricação industrial de elementos estruturais pré-fabricados nas instalações da própria CONTRATADA, a comprovação da regularidade trabalhista e previdenciária referente a essas atividades poderá ser realizada mediante apresentação dos relatórios do FGTS Digital e da DCTFWeb vinculados ao CNPJ da empresa, relativamente aos empregados efetivamente envolvidos na fabricação dos respectivos elementos estruturais.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

6.3. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número do Cadastro Nacional da Obra junto ao INSS (CNO).

6.4. A Fiscalização do Município somente atestará a execução dos eventos de serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

6.4.1. Os pagamentos somente serão realizados após a medição dos serviços efetivamente executados, o respectivo ateste pela Fiscalização do Contrato e a apresentação da documentação exigida no Edital e no Contrato, observados o cronograma físico-financeiro e a planilha orçamentária que integram este processo licitatório.

6.4.2. Para efeito de pagamento dos eventos de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários, cujos percentuais deverão ser destacados na Nota Fiscal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

6.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

6.6. As medições dos serviços executados serão realizadas pela fiscalização do contrato, observando-se o cronograma físico-financeiro e os quantitativos previstos na planilha orçamentária integrante do processo licitatório.

6.7. As medições ocorrerão com base nos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, podendo ser apuradas por etapas ou por eventos, conforme a natureza de cada etapa do cronograma físico-financeiro.

6.8. A Fiscalização do Contrato poderá, a qualquer tempo, solicitar laudos técnicos, ensaios tecnológicos, relatórios complementares ou quaisquer outros documentos necessários à verificação da conformidade dos serviços executados com o projeto, as especificações técnicas e as normas aplicáveis, constituindo a entrega da documentação exigida e a aprovação dos serviços pela Fiscalização condições indispensáveis para a medição, o ateste e o respectivo pagamento.

6.9. Quando aplicável, a CONTRATADA deverá apresentar os desenhos “as built” da obra, refletindo as condições efetivamente executadas, os quais constituirão documento obrigatório para o recebimento definitivo dos serviços.

6.10. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico- Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, acompanhada de relatório de execução e diário de obras comprovando a execução e demais laudos e relatórios exigidos pela fiscalização.

6.11. O pagamento será efetuado à CONTRATADA após a aprovação da medição pela fiscalização, mediante apresentação da nota fiscal correspondente, emitida sem rasuras e em conformidade com as exigências fiscais aplicáveis.

6.12. Para efeito de pagamento das medições, deverão ser observadas as disposições da legislação previdenciária e trabalhista aplicáveis, inclusive quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização dos encargos previdenciários e fundiários, devendo os percentuais legalmente previstos ser destacados na nota fiscal quando aplicável.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

6.13. A liberação da última parcela do contrato, correspondente aos eventos finais previstos no cronograma físico-financeiro, observará os seguintes critérios:

- a)** – liberação de **80% (oitenta por cento)** do valor da medição após a aprovação dos serviços executados pela fiscalização e emissão da correspondente Nota Fiscal;
- b)** – liberação dos **20% (vinte por cento)** restantes após a apresentação da Certidão Negativa de Débitos do Cadastro Nacional de Obras – CNO, ou da documentação equivalente prevista para os casos legalmente dispensados, bem como da documentação técnica necessária ao encerramento contratual.

6.14. O recebimento dos serviços ocorrerá em duas etapas:

- a)** Recebimento provisório, realizado pela fiscalização após a conclusão dos serviços previstos em contrato, mediante verificação preliminar da conformidade da obra com os projetos, especificações e condições contratuais;
- b)** Recebimento definitivo, realizado após o prazo necessário para verificação da qualidade dos serviços executados e da apresentação de toda a documentação técnica exigida, incluindo, quando aplicável, os documentos “as built” da obra.

6.15. Caso sejam constatadas inconformidades, falhas construtivas ou serviços executados em desacordo com o projeto ou especificações técnicas, a fiscalização poderá determinar a correção dos serviços, ficando suspenso o pagamento da parcela correspondente até a regularização das pendências identificadas.

6.16. Ademais, deverão ser observadas as disposições pertinentes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à execução contratual, à fiscalização e aos procedimentos de pagamento.

6.17. Além disso, cada etapa construtiva deverá ser observada conforme especificações do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO E REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

7.2. Desde que comprovada a alteração na composição dos custos, a Contratada poderá solicitar a manutenção do equilíbrio econômico com base no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

7.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

8.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (se houver);

8.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.12. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- b) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- c) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- d) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

8.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.14. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Apresentar ao Setor de Projetos, antes do início da execução, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) quitada, da execução da obra objeto deste contrato;

9.1.2. A contratada deverá apresentar relatório de fotos com data a cada medição efetuada pelo fiscal da obra, incluindo um relatório de fotos antes do início da obra, sob pena da não liberação de pagamento por parte da Contratante. Juntamente a este relatório, deverá entregar um Diário de Obra;

9.1.3. Responsabilizar-se técnica e financeiramente por todos os equipamentos, ferramentas, dispositivos de sinalização e equipamentos de segurança individual incluindo todas as recomendações fornecidas pelos fabricantes, dos equipamentos acerca de seu funcionamento e operação a fim de permitir sua adequada utilização;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- 9.1.4.** Obedecer a todas as normas de segurança pertinentes aos serviços e em especial, ao disposto na NR-18;
- 9.1.5.** Responsabilizar-se pelo recolhimento das taxas, conforme determina a legislação em vigor;
- 9.1.6.** Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários, no serviço sob sua responsabilidade, independente das penalidades cabíveis;
- 9.1.7.** Participar à Fiscalização a ocorrência de qualquer fato ou situação que possa impedir, em parte ou no todo, a conclusão dos serviços, em relação ao Cronograma, indicando as medidas para corrigir o problema;
- 9.1.8.** Manter o canteiro de obras limpo, fazendo a remoção periódica de restos de materiais. O transporte do entulho fica a cargo da CONTRATADA. Será de responsabilidade da empresa contratada a disposição final do entulho e restos de materiais em local aprovado pela fiscalização e pelos órgãos ambientais;
- 9.1.9.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à energia elétrica e água, sendo de obrigação da mesma a ligação destes serviços (se necessário) durante a execução da obra;
- 9.1.10.** Fornecer os equipamentos de segurança do trabalho, uniformes e crachás de identificação dos prestadores de serviço;
- 9.1.11.** A empresa deverá supervisionar e fiscalizar as atividades dos seus prestadores de serviços;
- 9.1.12.** A empresa deverá ressarcir o contratante de eventuais danos causados a este ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus prestadores de serviço;
- 9.1.13.** A CONTRATADA se compromete a cumprir integralmente a legislação trabalhista, excluindo o Município da responsabilização de eventuais acidentes de trabalho, indenizações ou direitos trabalhistas dos funcionários da contratada;
- 9.1.14.** A CONTRATADA assume integral responsabilidade Civil, Criminal e Trabalhista por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da má execução do serviço, ora contratado, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruição;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

9.1.15. Apresentação da Inscrição da obra no CNO (Cadastro Nacional de Obras), referente ao objeto contratado. No caso de obra que não necessite de inscrição no CNO (Cadastro Nacional de Obras), a contribuição previdenciária referente à mesma será retida e recolhida pelo CONTRATANTE, sendo dispensada a apresentação da Guia de Previdência Social (GPS);

9.1.16. A CONTRATADA deverá destacar em campo específico, na NOTA FISCAL, os valores referentes às retenções obrigatórias, em especial o Imposto de Renda, em cumprimento ao Decreto Municipal nº 6.889, de 23 de março de 2022 e Instrução Normativa da RFB nº 1234/2012;

9.1.17. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.18. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;

9.1.19. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

9.1.20. Providenciar, às suas expensas, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como promover, perante os órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, todas as medidas necessárias à obtenção das licenças, autorizações e regularizações pertinentes aos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.), arcando integralmente com os custos, taxas, emolumentos e demais despesas decorrentes.

9.2. Conforme Termo de Referência, os blocos intertravados de concreto a serem fornecidos deverão estar integralmente em conformidade com a NBR 9781/2013, sendo obrigatória a apresentação dos respectivos certificados de conformidade no ato da entrega. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, laudos atualizados de ensaio de resistência à compressão, ensaio de absorção de água e ensaio de resistência à abrasão,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

todos emitidos por laboratório acreditado, comprovando o atendimento aos valores mínimos estabelecidos pela referida norma.

9.3. As disciplinas e serviços que exijam cuidados técnicos específicos ou que demandem atuação de profissionais habilitados deverão ser acompanhados de Laudo Técnico correspondente, devidamente acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

9.4. A contratante poderá, a seu critério, solicitar laudos complementares que se façam necessários para a comprovação da qualidade e conformidade dos materiais ou serviços executados.

9.4.1. A amostragem mínima deverá ser de uma amostra a cada 5.000 unidades e ensaio de compactação a cada 300m² executados.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

10.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento do item 10.6, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

10.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos,
- c) Indenizações e multas.

12.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

12.7. Quando da extinção, o fiscal ou o gestor deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.8. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

I. a garantia contratual (quando houver) prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

II. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.9. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

12.10. O contratante poderá ainda:

I. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

II. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação onerarão a seguinte dotação orçamentária:

08.01 - 1.022 – Obras de Infraestrutura Turística

4.4.90.51.91.00.00 - Obras em andamento – 10.981

Fonte de Recursos: 1701 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados

Desdobramento da Fonte: 0004 – Convênio FPE nº 4984/2025 Revitalização Autódromo

R\$ 8.764.657,74

08.01 - 1.022 – Obras de Infraestrutura Turística

4.4.90.51.91.00.00 - Obras em andamento – 10.982

Fonte de Recurso: 1754 – Recursos de Operações de Crédito

Desdobramento da Fonte: 0005 – Operação de Crédito Banco do Brasil

R\$ 4.237.015,17

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia sob a modalidade pretendida, no valor de _____, equivalente a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato, conforme disposição do art. 98, da Lei nº 14.133/21, alcançando as hipóteses contidas no art. 96, do mesmo Diploma Legal.

15.2. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, abrangendo eventuais prorrogações regularmente formalizadas, devendo a Contratada promover sua renovação, complementação ou substituição sempre que houver alteração do prazo de vigência ou do valor contratual, de forma a manter integralmente preservado o percentual exigido e a continuidade da cobertura.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

15.3. Na hipótese de prestação da garantia na modalidade de seguro garantia, a apólice deverá permanecer vigente durante toda a execução contratual, acrescida de, no mínimo, **90 (noventa) dias** após o encerramento da vigência do contrato, devendo ser renovada ou endossada antes de seu vencimento sempre que ocorrer prorrogação contratual, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

15.4. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. A ausência de prestação da garantia, sua insuficiência, vencimento sem renovação ou redução do valor garantido em percentual inferior ao exigido impedirá a emissão da Ordem de Início dos Serviços e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais consequências contratuais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e na sua imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. As partes elegem como competente o Foro da Comarca de Guaporé/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

Guaporé/RS, ____ de _____ de 20__.

(REPRESENTANTE)
CONTRATADA

ODAIR ANDRÉ ROSSETTO
CONTRATANTE

TAMARA FIGUEIRA
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/RS 124.954